

# AH... SE TODOS FOSSEM IGUAIS (OU NÃO) A UMA ONDA DO MAR...

Ingo Voese\*

---

**Resumo:** O presente texto desenvolve uma reflexão sobre a noção de subjetividade, apoiada especialmente em Bakhtin, Lukács e Heller, diferentemente da linha teórica do materialismo estruturalista da Análise do Discurso da escola francesa.

**Palavras-chave:** discurso; subjetividade; ideologia.

---

## 1 INTRODUÇÃO

Há uma tendência perigosa, sobretudo nas ciências humanas, a fazer abstração da ação do sujeito e a encarar as 'leis' do mundo social atual como definitivas e eternas. (GOLDMANN)

[...] não se pode observar uma onda sem ter em conta os aspectos complexos que concorrem para a sua formação e aqueles outros, igualmente complexos, a que essa mesma onda dá lugar. Estes aspectos variam continuamente pelo que uma onda é sempre diferente de uma outra onda; mas também é verdade que cada onda é igual a uma outra onda, mesmo que não seja aquela que lhe é imediatamente contígua ou sucessiva [...] (CALVINO, 1983, p. 12).

Os “aspectos complexos” que Palomar, observando o mar, descobre nas ondas não serão, evidentemente, objeto de minha reflexão, mas me servem perfeitamente para sugerir não só os limites e a configuração da referência teórica que tomarei como orientação, mas também para fixar um modo de abordar a questão da subjetividade.

O texto de Calvino permite uma leitura que constrói uma analogia entre a onda e o homem, o que, como recurso poético até pode ser interessante, mas para uma reflexão mais profunda esse tipo de comparação<sup>1</sup> pouco contribui.

---

\* Professor do Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Doutor em Lingüística. E-mail: [ingovoese@bizz.psy.br](mailto:ingovoese@bizz.psy.br).

<sup>1</sup> As comparações são bastante freqüentes no discurso do cotidiano, onde o homem pode ser um gato, um pão, um sapo ou outros animais, o que pode ser muitas vezes bastante embaraçoso. Quando, porém, essas comparações passam para o discurso formal/reflexivo, os efeitos podem ser devastadores a ponto de, no Direito, por exemplo, se poder considerar um estupro como um acontecimento natural e, por isso, atenuante.

Ah... se todos fossem iguais...

Pelo contrário: ao aproximar “aspectos complexos”, abandona a obrigação de explicar nexos causais de duas naturezas diferentes. Isto é: pode alguém, por exemplo, imaginar uma onda desenvolver-se a ponto de, para benefício próprio, apropriar-se do recife e transformá-lo, dando-lhe uma segunda natureza?

Do mesmo modo que comparações com ondas (ou espelhos) mais atrapalham do que ajudam a reflexão sobre a subjetividade do indivíduo, também as aproximações entre diferentes atos dos sujeitos podem ser comprometedoras como, por exemplo, dar a entender, que acender um fogo para assar um alimento é uma atividade mediadora do mesmo modo que produzir o discurso. Trata-se de dois atos de complexidades e de lógicas causais diferentes que só têm semelhanças de função no detalhe de preencherem uma mediação. Daí em diante, porém, as “naturezas” são absolutamente distintas.

Por isso, uma reflexão sobre a relação entre o sujeito e o discurso talvez devesse evitar tanto ondas como espelhos e iniciar por fixar alguns pressupostos básicos como o que retiro dum texto de Duarte (1993):

[...] a apropriação de um objeto natural pelo homem, que o transforma em seu instrumento, nunca pode se realizar independentemente das condições objetivas originais desse objeto, ainda que estas venham a sofrer enormes transformações qualitativas, gerando fenômenos sem precedentes na história natural. O objeto, portanto, não é totalmente subtraído de sua lógica natural, mas esta é inserida na lógica da atividade social humana. O homem não cria uma realidade sua, humana, sem apropriar-se da realidade natural. Ocorre que essa apropriação não se realiza sem a atividade humana, tanto aquela de utilização do objeto enquanto um meio para alcançar uma finalidade consciente, como também e principalmente a atividade de transformação do objeto para que ele possa servir mais adequadamente às novas funções que passará a ter, ao ser inserido na atividade social. (p. 34)

Esse posicionamento – que Duarte subtrai da obra de Lukács – permite o desdobramento teórico que deverá orientar a abordagem da relação entre o ‘ser sujeito’ e o ‘discurso’ e que se configura dentro dos seguintes contornos:

- a) os indivíduos não falam sem se apropriar dos elementos da língua e das regras que orientam um complexo jogo de combinações;<sup>2</sup>
- b) os indivíduos, quando falam, não partem do nada: eles falam de algo, ou seja, antes de falar, o enunciante deve ter se apropriado daquilo sobre o que vai falar. O indivíduo, pois, atuará com elementos simbólicos que se referem a diferentes esferas da genericidade humana e cada apropriação significa um acréscimo referencial que amplia as possibilidades e o alcance dos processos seguintes;
- c) os indivíduos não agem e não falam sem motivação: na origem da produção do discurso, localizam-se, pois, desejos, necessidades, sentimentos, emoções e razões, etc;
- d) os indivíduos – se sabe – não falam sozinhos, ou seja, não acionam a língua como seres isolados: falar pressupõe interagir com alguém, processo em que se alternam apropriações e objetivações. Em outros termos, todo discurso é dialógico porque prevê ações alternadas e responsivas - processos de apropriação e de objetivação - quando se faz mediação das atividades dos homens.

Os pressupostos que organizo não são, evidentemente, inquestionáveis, mas podem ser indicativos de que a expressão ‘ser sujeito’, por certo, é polêmica: os seus sentidos talvez sejam tão diversos quanto são não só as referências que os iluminam, mas também os matizes ideológicos que podem colorir a expressão.

E, por envolver uma determinada concepção de homem, é compreensível que no discurso de uma prática como, por exemplo, a pedagógica, se fale, com certa frequência, de ‘ser sujeito’, o que (pelos efeitos que podem produzir, do ponto de vista político e ético, as diferentes concepções) deveria representar a necessidade de um persistente e cuidadoso trabalho de compreensão não só do sentido da expressão, mas também de como ocorre a individuação.

Nessa linha de raciocínio, considero que uma referência importante, ainda na atualidade, é a obra de Paulo Freire onde, por exemplo, se pode ler que “O que caracteriza o comportamento comprometido [do sujeito] é a capacidade de opção. Esta exige [...] um teor de criticidade inexistente ou vagamente existente na consciência intransitiva” (1991, p.63) e “Daí, à medida em que um método ativo ajude o homem a se conscientizar em torno de sua problemática, em torno

---

<sup>2</sup> Não vejo, pois, como fazer uma Análise do Discurso sem considerar uma teoria lingüística porque o analista não pode atuar sobre um objeto sem dar atenção a especificidades que fazem parte de seus nexos causais.

Ah... se todos fossem iguais...

de sua condição de pessoa, por isso de sujeito, se instrumentalizará para as suas opções” (*Op cit.*, p. 120).

A capacidade para optar, fazer escolhas e decidir é, evidentemente, uma decorrência da capacidade de apropriação, avaliação e fixação de objetivos, o que, em Freire, significa que “[...] o homem, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um ‘ser-em-situação’, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da ‘praxis’; da ação e da reflexão” (FREIRE, 1975, p. 28).

Na palavra de Freire, pois, o indivíduo não nasce sujeito, mas pode vir a ser, o que significa que há um desenvolvimento de sua consciência – única possibilidade para que a pessoa possa fazer as opções corretas e apropriadas que exigem um “teor de criticidade”. Essa concepção – com a qual concordo – exigirá, por sua vez, não só a explicitação do processo de modelagem da consciência, incluídas as motivações essenciais ou vitais que levam o indivíduo a agir, mas também que se compreenda a relação dessa consciência com o mundo e decida sobre se a determinação da genericidade humana tem ou não importância, e em que medida e condições o discurso participa desse processo. É preciso, pois, distinguir com clareza diferentes lógicas causais e a relação dialética que as une como alerta Lessa (1994):

Esta distinção entre criador (sujeito) e produto (objeto), repetimos, expressa sem dubiedades o caráter de objetividade das criações humanas enquanto postas. Apenas por exibir este caráter de objetividade primária, originária, podem as criações humanas terem uma ação de retorno sobre o sujeito que, na sua totalidade, não pode ser prevista ante festum. Apenas por terem uma história própria, em alguma medida independente do sujeito que as criou, podem as criações humanas agirem sobre a história de modo (relativamente independente) dos indivíduos. (p. 50)

Ora, da concepção de que entre o sujeito e o objeto não existe uma identidade emerge a de que o objeto é uma síntese da atividade da consciência do indivíduo quando atua sobre uma realidade objetiva. Esse objeto-síntese terá uma história independente da do seu criador, na medida em que se faz referência para a consciência, cuja atuação, contudo, necessitará de mediações cada vez mais complexas como, por exemplo, a linguagem, ou seja:

[...] cada vez mais a consciência humana, para desempenhar sua função mediadora na atividade humana, foi desenvolvendo sua estrutura enquanto uma estrutura também ela mediatizada. Esse desenvolvimento da consciência, enquanto mediação no interior da atividade humana, realizou-se através da objetivação da atividade comunicativa humana, a **linguagem**. (DUARTE, 1993, p. 86-87)

É importante, no momento em que a linguagem simbólica é destacada como mediação fundamental na atividade do indivíduo, para que não se estimulem novas comparações embaraçosas, guardar a idéia de que ela exerce funções que nenhuma outra dos demais animais pode preencher, ou seja, se em todas as linguagens está prevista a mediação de uma reprodução, na dos homens, ela alcança dimensões diferentes e exclusivas.

Espero, pois, que possa, nos limites de um texto como este, desenvolver uma reflexão que justifique porque as comparações com ondas ou espelhos, ou com o acender do fogo, me soam suspeitas e arriscadas para abordar a relação de sujeito e discurso.

## 2 AS MOTIVAÇÕES E A ATIVIDADE DISCURSIVA DO INDIVÍDUO

As primeiras ações que o homem realiza imediatamente após nascer correspondem à *necessidade vital* de apropriar-se do alimento, o que, no entanto, só ocorre pela interferência de alguém. Instaura-se, pois, desde cedo, no homem, uma *carência vital* do outro.

Essa situação dos momentos iniciais da vida do homem se repetirá, de modo diferenciado, durante seu desenvolvimento e vai determinar o seu ser, na medida em que sua memória guardará o resultado das apropriações que precisou realizar, ou seja, a satisfação da necessidade e o preenchimento da carência conduzem a que ele realize as primeiras e primárias generalizações que correspondem às primeiras formas significativas (representação do alimento, da pessoa que o forneceu, do gesto e das palavras que o acompanham, etc.) que, dando início ao processo de organização da consciência, dão também forma inicial à *atividade vital* e à *socialização*.

O processo, porém, especialmente nos seus momentos iniciais, vem irreversivelmente acompanhado de sensações e sentimentos - resultados do

Ah... se todos fossem iguais...

sucesso ou não da atividade de apropriação - que se manifestam, nos extremos, como amor ou ódio. Isto é: a satisfação de uma necessidade instala, na memória, uma sensação agradável que, ao vincular-se à presença do outro, cria a relação afetiva. Surge, pois, também o *desejo*.<sup>3</sup>

Desse modo, pode-se dizer que as ações do recém-nascido, mediadas por representações primárias, são motivadas pela necessidade e pelo desejo, o que quer dizer que, por serem fundamentais para a atividade vital, as motivações apontam para duas dimensões do processo: a importância de o indivíduo encontrar, no gênero humano, apoio para construir respostas a uma necessidade e de ele *desejar ser desejado*, porque, pelo que representa o gênero como condição de sobrevivência, precisa sentir-se incluído. Isto é: a dupla representação do que satisfaz a necessidade e da pessoa que preencheu a carência deve, enfim, ser entendida, no recém nascido, como um primeiro e vital produto do agir do indivíduo e que será mediação de sucessivas atividades de apropriação, impulsionadas por novas e diferentes motivações.<sup>4</sup>

Como necessidades e carências se modificam constantemente no processo de socialização mediado pelo discurso, pode-se falar em fases de desenvolvimento da consciência do indivíduo, o que Heller (1989), quando aborda as motivações que levam o homem a atuar, explica, considerando que sem o sentimento de carência, o 'eu' não pode nem ser preservado, nem desenvolvido, exatamente porque não acontece a busca – também *vital* – do outro.

Não se pode, entretanto, esquecer que as ações do homem, apesar de motivadas pelas necessidades e pelo desejo que socializam, nunca deixam de ter também um certo componente biológico, ou seja,

[...] os indivíduos humanos são atravessados por uma contradição estrutural principal, incontrolável, uma contradição que também trabalha [...] sobre todas as coisas sociais [...], e que lhes confere uma estrutura formal comum, uma **estrutura simbólica**: é a contradição entre sua **forma natural** (seu corpo próprio, com os programas biológicos que nele se realizam, suas

---

<sup>3</sup> O desejo é concebido como a busca de uma inclusão ou superação da carência – mediada pela *linguagem simbólica* - que o indivíduo supõe imaginariamente possa repetir uma sensação agradável, de satisfação, de prazer, etc.

<sup>4</sup> Entendo, pois, ao contrário de determinadas correntes psicanalíticas, que o desejo não é fundante da subjetividade, mas resultado e possibilidade da atividade vital do indivíduo.

capacidades concretas, sua duração de vida própria, etc. e sua **forma genérica essencial**, aquela que resulta do fato de que sua existência realiza relações sociais. (DORAY, 1989, p. 9)

A constituição da consciência envolve, enfim, um processo de movimento duplo, contraditório e dialético entre a atividade do indivíduo e “as coisas sociais” que resultam da história do gênero humano na sua relação com a natureza e com um projeto de socialidade.<sup>5</sup> Por isso, quando falo de motivações, elas devem ser entendidas como sendo resultado dessa “contradição estrutural principal” entre uma natureza e uma genericidade.

As necessidades, enfim, na medida em que o homem se afasta de seu estado natural, precisam ser avalizadas socialmente, pois, conforme Heller (1989, p. 171), é preciso decidir sobre “Que tipo de necessidades são consideradas racionais e por quem”, processo que “depende da *atribuição social*, das normas sociais e dos valores” que se modificam historicamente, ou seja, “as aspirações, normas sociais, valores e os modelos de satisfação de necessidades mudam dentro de uma mesma sociedade e variam de uma sociedade a outra, de uma cultura a outra”.

Em outras palavras, na medida em que o indivíduo consegue planejar suas atividades levando em consideração as esferas sociais mais afastadas da imediaticidade de seu cotidiano, as motivações – tanto no que se refere às necessidades, como às carências – superam as dimensões pessoais e assumem a do gênero humano.

Há, pois, além do desejo e de necessidades imediatas, outras motivações para que o homem atue, tais como a moral, a ética, os costumes, os conhecimentos adquiridos, os rituais, os acordos sociais e as regras institucionalizadas. Permanece, porém, sempre um efeito de ordem dos sentimentos – evidentemente, mais forte na esfera do cotidiano – porque “[...] a elevação ao humano-genérico não significa jamais uma abolição da particularidade. Como se sabe, as paixões e os sentimentos orientados para o Eu [...] não desaparecem, mas ‘apenas’ se dirigem para o exterior” (*Op.cit.* p. 24).

---

<sup>5</sup> Esse projeto de socialidade que se constitui como uma positividade – e não como falsa consciência – em cada segmento social, e que motiva e orienta, confere, na teoria marxiana, com a noção de ideologia.

Ah... se todos fossem iguais...

Na verdade, a maioria das ações e escolhas tem motivação heterogênea: “as motivações particulares e as genérico-morais encontram-se e se unem, de modo que a elevação acima do particular-individual jamais se produz de maneira completa, nem jamais deixa de existir inteiramente, mas ocorre geralmente *em maior ou menor medida*” (HELLER, 1972, p. 24-25).

Se, pois, as motivações da atividade vital se modificam a cada passo da socialização do indivíduo, tem-se a exata dimensão do desenvolvimento da consciência do homem, na relação entre o contexto social particular do homem (o cotidiano) e o da genericidade, e entre a referência simbólica e a afetividade.

Parece-me, pois, apropriado, quando se quiser explicar as motivações das atividades dos sujeitos, primeiro, manter à vista a dupla dimensão de ser natural e ser social do homem e, segundo, assumir que aquilo que diz respeito ao gênero humano (ou “genérico essencial”, na linguagem de Doray), só se torna motivação porque é apropriável através do elemento simbólico, ou seja, o discurso vai ser mediação no processo de orientação das atividades e do desenvolvimento da consciência<sup>6</sup>: por conseguinte, *ao lado das múltiplas atividades dos indivíduos, a produção do discurso também será prática constitutiva do sujeito*.

Não há, em resumo, atividades vitais imotivadas: as objetivações criam novas necessidades e, pelo fato de estabelecerem vínculos e relações entre os indivíduos, constroem também os sentimentos e os afetos que, mais intensos nas fases iniciais da vida, podem assumir, posteriormente, formas mais genéricas, como, por exemplo, respeito, solidariedade, cidadania, justiça social, etc.

### 3 A CONSCIÊNCIA: A APROPRIAÇÃO E A OBJETIVAÇÃO

Num outro texto, Heller (1977) aproxima-se das concepções de Freire, especialmente da que entende o indivíduo como um *poder-vir-a-ser-sujeito*, afirmando que ele “[...] se encontra desde seu nascimento numa relação ativa com o mundo em que nasceu e sua personalidade se forma através dessa relação. O indivíduo não pode ser nunca idêntico à espécie [gênero] humana, mas pode

---

<sup>6</sup> Obviamente, o processo de desenvolvimento da consciência implica em alterações mais ou menos profundas das motivações.



manter uma relação consciente com ela – neste caso a personalidade não é particular, mas individual”<sup>7</sup> (p. 7).

Evidenciam-se, em Heller, primeiro, a oposição entre estágios que vão de um “particular” a um “individual”, o que gera, obviamente, a idéia de níveis de consciência, e, segundo, a importância da atividade do indivíduo junto ao mundo e aos homens que o cercam como condição de construção de uma personalidade individuada, ou seja, há um estágio de consciência em que o indivíduo constrói relações apenas com uma realidade imediata e outra, em que ele consegue ir além e alcançar horizontes mediatos do gênero humano, isto é:

[...] Este endereçamento ao genérico, reconhecendo novamente a aludida variabilidade que é quase ilimitada, está implícito no funcionamento de toda relação social. Cada uma delas têm, sob este ponto de vista, um duplo rosto: os fatos, as questões vitais, etc., são propostos a cada homem a partir dessa origem, porém esses fatos podem orientar sua intenção puramente a exigências do dia, ou ainda podem, sem abandonar essa vinculação direta, orientar-se no sentido dos problemas do gênero humano; as questões vitais podem não abandonar nunca o nível de uma utilidade meramente particular, e podem conter – consciente, falsamente consciente, totalmente inconsciente – alusões à suprema genericidade da vida humana. (LUKÁCS, 1982, p. 266-267)

Essa concepção de diferentes graus de consciência precisa, porém, ser melhor explicitada, para o que creio ser possível recorrer a Bakhtin (1986), quando ele analisa a consciência do *eu*, dizendo que sua pobreza resulta das limitações de um discurso interior, constituído através de apropriações que o indivíduo realizou em esferas imediatamente próximas a si mesmo. Ou seja, o *eu* não atua fora do seu ambiente imediato e, por isso, não se beneficia do que existe em outras esferas do instituído social, o que, como reflexo, modela e instrumentaliza a consciência de modo que a sua atividade mental seja tão limitada e reduzida que se aproxima e estaciona ao nível da do animal. A consciência do *eu*, enfim, atua – se é que se pode falar assim – de forma singular, mas sempre muito próxima dos impulsos biológicos, o que, evidentemente, não possibilita a apropriação da

---

<sup>7</sup> “Particular” refere-se ao indivíduo cuja consciência consegue ocupar-se apenas com a esfera imediata da auto-conservação, enquanto “individual” diz respeito àquela que consegue estabelecer relações entre a esfera imediata de sobrevivência com a genericidade humana. À expressão “singular” corresponde a idéia de que já por natureza o indivíduo é único.

Ah... se todos fossem iguais...

complexidade social e, por isso, limita radicalmente, as escolhas e o alcance das intervenções na realidade objetiva.

Já a atividade mental do *nós* é de caráter diferenciado e gregário. Melhor ainda: “a diferenciação ideológica, o crescimento do grau de consciência são diretamente proporcionais à firmeza e à estabilidade da orientação social. Quanto mais forte, mais bem organizada e diferenciada for a coletividade no interior da qual o indivíduo se orienta, mais distinto e complexo será seu mundo interior (BAKHTIN, 1986, p. 115).

O fato de Bakhtin fixar dois pontos possíveis como referências do desenvolvimento da atividade mental – do *eu* e do *nós* – permite sustentar a idéia de que existe uma variedade de graus de alcance das atuações que poderiam estar correspondendo a diferenças perceptíveis desde uma ausência quase completa de consciência até uma relação com o gênero humano conduzida por um alto nível de criticidade. A concepção de graus de consciência entende, pois, que o indivíduo, mais ou menos socializado, tem uma maior ou menor capacidade de conhecer, produzir alternativas e fazer escolhas diante de necessidades e problemas que a realidade em que vive produz.

Em Bakhtin, enfim, descobre-se que o grau de consciência do indivíduo é tanto mais agudo e abrangente quanto mais nítidas forem as marcas do instituído social de que se apropriou, o que, a princípio, parece um paradoxo, ou seja, como entender que quanto maior a socialização do indivíduo tanto maior é a possibilidade de individuação de sua consciência?

Ora, o processo do vir-a-ser consciente depende da atividade vital; na medida em que o homem se desenvolve e se humaniza, ele passa a atuar em esferas que vão desde a do dia-a-dia até as de maior complexidade social, e onde os graus de apropriação e de compreensão, obviamente, poderão ser concebidos como bem mais diferenciados do que apenas ser “consciente”, “falsamente consciente” e “totalmente inconsciente”, ou, ainda, do “eu” e do “nós”.

Gostaria de fazer, agora, uma segunda aproximação teórica, ou seja, entre as concepções de Lukács e Bakhtin e as noções de “particularidade” e “individualidade” de Heller, quando ela explicita que:

O objetivo do homem particular é a auto-conservação; o homem particular se identifica assim de maneira espontânea com o sistema de hábitos e exigências que permitem sua autoconservação, que fazem de sua vida algo o mais

‘cômodo’ e sem conflitos possível. Não é necessário, todavia, que **todo** homem realize – sem exceção e na mesma medida – esta transposição entre fins e meios. Existem e existiram sempre seres humanos capazes de considerar a si mesmos – ao seu ser singular – como algo que pertence a um gênero; capazes, pois, de comportar-se consigo mesmos como membros de um gênero; capazes, em suma, de assumir-se – tendo como ponto de referência o **nível de desenvolvimento** alcançado pelo gênero em uma época determinada [...] **Chamamos ‘individuum’ a todo ser singular para o qual a própria vida converteu-se conscientemente em objeto. E isso precisamente por tratar-se de um ser capaz de assumir-se conscientemente enquanto ser genérico.** (HELLER, 1977, p.413)

Parece ficar claro, nesse recorte, que há uma passagem que o indivíduo precisa cumprir: a superação da esfera imediata abre-lhe as portas do genérico e a possibilidade do vir-a-ser-sujeito, o que significa, em outros termos, tomar consciência da necessidade de analisar a sua vida na relação com as dos outros.

Valho-me da expressão ‘liberdade’ para exemplificar e observar como ela será definida pelos dois tipos de homens de que fala Heller: o homem *particular*, provavelmente, dirá, movido pela orientação de relações sociais muito restritas ao cotidiano, que ter liberdade é ‘fazer o que se quer’ ou ‘não fazer o que não se quer fazer’. Já o homem *individual*, pelas apropriações da genericidade humana que realizou, dirá que a liberdade é um bem social, cuja existência prevê acordos e negociações entre os homens, ou seja, “a sua própria vida converteu-se conscientemente em objeto” porque a avaliação que faz dela inclui também avaliar as vidas de outros indivíduos.

Há, portanto, homens-particularidades que entenderão que democracia é um regime político em que cada um faz o que lhe convém, e há outros – individualizados e sujeitos – que perceberão que o conceito deve contemplar a negociação que, por sua vez, precisa incluir circunstâncias culturais e históricas, esferas de limites bem distantes daqueles do dia-a-dia.

Lukács, Bakhtin e Heller acentuam, pois, de forma muito aproximada, as diferenças de consciência que, como estão dispostas, dão a entender graus, concepção na qual está implícita a idéia de *desenvolvimento* da consciência e, por isso, a de multiplicidade de estágios.

Uma idéia, todavia, que não se deveria extrair da de graus de consciência é a de que “totalmente inconsciente”, “atividade mental do eu” e “particularidade”

Ah... se todos fossem iguais...

correspondam a assujeitamento, porque a concepção do vir-a-ser-sujeito sempre aponta para a possibilidade de o indivíduo superar um estágio elementar e primário, enquanto a de assujeitamento vê o indivíduo como definitivamente submetido à repetição e à interpelação. Isto é, de Lukács, Bakhtin e Heller posso extrair a noção de *desenvolvimento possível*, enquanto de assujeitamento isso não é possível já que a concepção tem caráter de *irreversibilidade*.

O homem-individualidade, pois, ao contrário do homem-particularidade – mantendo a terminologia de Heller – quando se apropria da genericidade humana, estabelece uma relação *consciente* com o que determina seus atos, e, por ter consciência, pode atuar sobre essa determinação, ou seja, “O não-aceitar-como-definitivo significa que existe uma **ação recíproca** consciente entre o indivíduo e seu mundo” (HELLER, 1977, p. 55).

Ora, essa “ação recíproca consciente”, requer que o indivíduo se valha, para fazer apropriações e poder atuar, da mediação da linguagem, motivo por que são inseparáveis a atividade vital e a discursiva. É isso é fundamental porque diz que as apropriações não significam um processo de submissão do indivíduo, já que a linguagem simbólica, por ser generalizante, necessita da interferência dos interlocutores que, motivados singularmente, singularizam o genérico.

Isto é: o caráter generalizante da palavra – e a conseqüente falta do traço singular – faz com que os processos de apropriação e de objetivação verbais possam mediar, concomitantemente, a reprodução e a transformação da genericidade humana, o que caracteriza os sujeitos – homens-individualidades – como seres necessariamente dialógicos e solidários.

#### **4 A INTERAÇÃO: A REPRODUÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO COMO PROCESSOS DE INDIVIDUAÇÃO**

A reflexão, apoiada nas referências teóricas que selecionei, permitiu-me construir, até aqui, a noção de que é fundamental para vir a ser sujeito, desenvolver uma consciência que alcance apropriar-se de um universo social que diz respeito não apenas ao imediato da particularidade, mas ao que pertence, enquanto totalidade, aos homens em geral. E a carência do outro – que no âmbito do cotidiano se apresenta ligada a motivações imediatas da sobrevivência do indivíduo – é também o sentimento que subjaz às atividades interativas em esferas mediatas.

O processo de interação preenche, portanto, uma carência que é vital porque, através da apropriação das objetivações dos outros<sup>8</sup>, a consciência se organiza como discurso de uma exterioridade interiorizada, o que representa, num primeiro momento, um processo de reprodução da genericidade humana, ou seja, o indivíduo, quando se apropria através do discurso do interlocutor, concretiza um processo importante para sua inclusão e para a continuidade do gênero humano, a reprodução social.

Lembrando, porém, que os elementos da língua informam apenas sentidos genéricos, a relação do discurso interior do indivíduo com o do instituído social fará com que a falta do singular na mediação não apenas exija uma atividade interativa que negocie acordos sobre as singularizações que podem ser feitas pelos interlocutores, mas também produza a singularização e a individuação das consciências, criando, desse modo, a possibilidade da transformação.

Essa dimensão das funções do discurso quando realiza a mediação das interações sociais pode ser compreendida melhor com o exemplo que exponho:

Quando alguém cria e produz um objeto qualquer como, por exemplo, um tipo de motor, precisa, em primeiro lugar se apropriar de uma série de informações já existentes, o que quer dizer que, ao agir, estará reproduzindo o produto da atividade de outros indivíduos.

Em segundo lugar, tornar público o produto de seu trabalho requer uma atividade de verbalização, ou seja, uma objetivação comunicacional. A produção do discurso é a produção da mediação que, devido a seu caráter generalizante, preenche mais uma vez a função de reprodução, ou seja, o criador da novidade, ao comunicar-se com os outros, não só comunica o novo, mas também tudo aquilo de que teve que se apropriar para poder construir um objeto que superasse o que já existia.

Como, porém, no objeto que se socializa há elementos novos, a mediação precisa recorrer a objetivações complexas para torná-los conhecidos da comunidade. E, uma vez verbalizados, eles possibilitam que, indivíduos – incluído o próprio produtor – partindo de novas motivações, atuem e superem o sentido genérico do discurso que fez a comunicação, abrindo perspectivas para novas invenções.

---

<sup>8</sup> Cria-se, nesse processo, uma correlação importante entre dever e direito de apropriar e direito e dever de objetivar, o que dimensiona o ser humano como comprometido tanto consigo como com o gênero.

Ah... se todos fossem iguais...

O mesmo acontece com a mediação das relações sociais como, por exemplo, com a palavra 'justiça': o sentido genérico corresponde ao que pertence a uma totalidade de usuários da expressão lingüística. O sentido genérico pode, todavia, receber acréscimos singularizadores de indivíduos e de grupos como, por exemplo, 'dar a todos a mesma coisa', 'dar a cada um conforme suas necessidades', 'dar a cada um conforme seus méritos', 'dar a cada um conforme sua função/posição social', etc. Essas singularizações – porque correspondem a interesses diferenciados - conduzem a um conflito, a uma disputa e, por isso, a uma pressão sobre o sentido genérico de modo que, embora lentamente, esse se transforme historicamente.

Em outros termos, o risco de o sentido genérico do discurso engessar o instituído social fica afastado porque a reprodução que se dá pela mediação dos elementos simbólicos alimenta, ao mesmo tempo, a transformação que ocorre como conseqüência da necessidade de singularização nas apropriações do genérico. E essa processualidade contraditória implica a idéia de movimento, ou seja, são as atividades dos indivíduos, na interação, que superam o risco da estagnação que o caráter generalizante do discurso poderia instalar.

A concepção de interação, pois, é fundamental para entender que:

[...] por um lado, o indivíduo não aparece mais como um átomo que se opõe, enquanto *eu isolado*, aos outros homens e ao mundo físico e, por outro lado, a "consciência coletiva" não é mais uma entidade estática supra-individual que se opõe do exterior aos indivíduos. A consciência coletiva só existe nas consciências individuais, mas não é a soma destas. (GOLDMANN, 1979, p. 20-21)

E o fato de o gênero humano não corresponder a uma soma de consciências significa também que os processos de reprodução e de transformação – necessários à continuidade do gênero humano – não podem ser creditados à atividade de um *eu isolado*, mas devem ser entendidos como o resultado do diálogo de consciências singulares na interação.

Concebida desse modo a interação, não fica difícil entender que a relação dialógica entre o indivíduo e o universo social não quer dizer nem que o homem atua livremente sobre o mundo, nem que uma exterioridade anula a sua capacidade de transformação. A reprodução e a transformação são, enfim, processos

constitutivos tanto do sujeito, como do desenvolvimento do gênero humano, isto é, essa dimensão de movimento permanente, que as interações geram, garante uma situação de equilíbrio entre o posto e o novo, entre a reprodução e a transformação do instituído social.

O desenvolvimento, pois, de uma consciência que consiga operar sobre esferas do gênero humano é vital, ou seja, tanto a reprodução como a transformação que podem ocorrer através das apropriações e das objetivações têm sempre motivações vitais que podem ter uma maior ou menor dimensão pessoal, o que, como já expus, Heller (1977) sustenta quando explica que o processo de socialização/individuação inicia no cotidiano onde se constituem as primeiras e primárias motivações e referências que não se apagam de todo nas interações com a genericidade. O fato de a apropriação de uma exterioridade vir ligada sempre a motivações também pessoais explica que o indivíduo necessita, de algum modo, estabelecer um vínculo entre aquilo de que vai ou poderia se apropriar e a sua própria vida. Exemplificando: a apropriação da coisa “casa” se faz através da palavra ‘casa’ e só se faz quando o sentido genérico pode ser singularizado, o que pode ocorrer, por exemplo, com os possessivos (meu/minha, teu/tua, seu/sua, etc.), ou com os dêiticos (este/esta, aquele/aquela, esse/essa, etc.), etc.

O grau de complexidade dessa relação entre o indivíduo e o genérico aumenta, porém, consideravelmente no caso da apropriação de valores através de palavras como, por exemplo, ‘justiça’, ‘liberdade’, ‘esperança’ e ‘solidariedade’, pois, embora os sentidos genéricos se refiram à esfera social que extrapola o cotidiano, precisam, de uma ou outra maneira, fazer parte das vivências daquele que faz a apropriação em termos de ‘minha justiça’, ‘minha liberdade’, ‘minha esperança’ e ‘minha solidariedade’ para só, num estágio posterior de socialização, assumirem a forma de ‘nossa justiça’, ‘nossa liberdade’, etc.

Em outras palavras, entender o cotidiano como lugar das “primeiras e primárias motivações” adquire importância por, uma vez, reforçar a idéia de que o indivíduo, quando se socializa, realiza escolhas quanto ao que vai ser objeto de apropriação, orientado, em parte, por motivos pessoais e singulares. Por outro lado, quando se leva em consideração o cotidiano no processo de socialização, enfatiza-se também a importância da determinação das relações afetivas que estão necessariamente ligadas a essa esfera social porque as referências que se constroem no cotidiano estão perpassadas de sentimentos e de emoções que, evidentemente,



Ah... se todos fossem iguais...

tanto podem ajudar como bloquear interações em que diferentes sistemas de referência são colocados em ação.

É o instituído de diferentes esferas sociais, portanto, que, via discurso, **organiza, modela e orienta** a consciência, e, dado que o simbólico não apenas não informa os traços singulares das coisas nomeadas, mas também é polissêmico, o processo de organização da consciência – porque pressupõe, num primeiro momento, reprodução do gênero – não pode ser concebido como submetimento ou assujeitamento, pois a interiorização e a sistematização das referências representa, também, a perspectiva de superação do posto, de modo que os limites do sistema interiorizado são singulares.

Essa concepção lembra que o indivíduo não atua só a partir e sobre a realidade objetiva, mas também sobre a mediação discursiva, o que Geraldi (1991) descreve de forma exemplar e inequívoca:

O produto do trabalho de produção se oferece ao leitor, e nele se realiza a cada leitura, num processo dialógico cuja trama toma as pontas dos fios do bordado tecido para tecer sempre o mesmo e outro bordado, pois as mãos que agora tecem trazem e traçam outra história. Não são mãos amarradas [...]; não são mãos livres [...] São mãos carregadas de fios, que retomam e tomam os fios que no que se disse pelas estratégias de dizer se oferece para a tecedura do mesmo e outro bordado. (p. 166)

Instituo, pois, a idéia de que a interação verbal representará a dupla possibilidade em que a reprodução do que pertence ao gênero humano viabiliza-se no exato momento em que ocorre também sua singularização, quando, na apropriação, o indivíduo interioriza sentidos genéricos e os processa singularmente, e, na objetivação, quando ele se vale de diferentes recursos expressivos para – mesmo sem poder evitar a generalização – conduzir o receptor a perceber não só o que é do nível do genérico, mas também as suas (do enunciante) singularizações. É, contudo, o receptor quem produz, na apropriação, os sentidos do enunciado e instaura, por sua vez, novas possibilidades de reprodução e de transformação.

Desse modo, a mediação da superação do instituído fica garantida pelo discurso, mesmo que o enunciante atue de forma dogmática e autoritária, porque seu interlocutor poderá, responsivamente, discordar e criticar, o que determina



que, como qualquer outro produto, o discurso, uma vez socializado, fica livre dos controles de seu produtor.<sup>9</sup>

A socialização do indivíduo se faz, portanto, através das interações, onde interlocutores, alternadamente, realizam objetivações e apropriações que socializam o produto de suas atividades e, ao fazê-lo, tanto constroem suas individualidades, como garantem a continuidade da genericidade humana. Considero, por isso, muito apropriadas as palavras de Todorov, quando na introdução de “Estética da Criação Verbal” de Bakhtin (1992, p 16.), afirma que:

O ‘super-homem’ existe – mas não no sentido nietzschiano de ente superior –, sou o super-homem do outro, como ele o é de mim: minha posição exterior (minha ‘exotopia’) me dá o privilégio de vê-la como um todo. Ao mesmo tempo, não posso agir como se os outros não existissem: saber que o outro pode ver-me determina radicalmente a minha condição. A socialidade do homem funda-lhe a moral: não na piedade, nem na abstração da universalidade, mas no reconhecimento do caráter constitutivo do inter-humano. Não só o indivíduo não é redutível ao conceito, mas também o social é irredutível aos indivíduos, ainda que numerosos. E pode-se imaginar uma transgrediência que não se confunda com a superioridade pura e simples, que me conduz a transformar o outro em objeto; é aquela que se vive nos atos de amor, de confissões, de perdão, de escuta ativa.

Ora, isso quer dizer que “uma transgrediência que não [...] me conduz a transformar o outro em objeto” mantém a noção bakhtiniana de dialogia e elimina qualquer possibilidade de se conceber o sujeito como um ser isolado, sem que com isso se apague a concepção de individuação a que conduzem as interações sociais. Na verdade, é a dimensão dialógica da mediação discursiva que faz do processo de socialização também o de individuação, concepção que perpassa toda a obra de Bakhtin, em especial em passagens como quando diz:

Quando contemplo um homem situado fora de mim e à minha frente, nossos horizontes concretos, tais como são efetivamente vividos por nós dois, não coincidem. Por mais perto de mim que possa estar esse outro, sempre verei

---

<sup>9</sup> A impossibilidade de o indivíduo determinar e controlar os efeitos dos objetos produzidos, explica que qualquer objetivação humana traz consigo um certo grau de imprevisibilidade, o que, no discurso, se reflete como polissemia.

Ah... se todos fossem iguais...

e saberei algo que ele próprio, na posição que ocupa, e que o situa fora de mim e à minha frente, não pode ver [...] Graças a posições apropriadas, é possível reduzir ao mínimo essa diferença dos horizontes, mas para eliminá-la totalmente, seria preciso fundir-se em um, tornar-se um único homem. Esse **excedente** constante de minha visão e de meu conhecimento a respeito do outro, é condicionado pelo lugar a que sou o único a ocupar no mundo: neste lugar, neste instante preciso, num conjunto de dadas circunstâncias – todos os outros se situam fora de mim. (1992, p. 43)

Esses “excedentes de sentido”, por não se tornarem “mediáveis” pelo discurso, podem, é verdade, dificultar as interações sociais, e, como consequência, também os processos necessários à continuidade da genericidade humana, especialmente quando eles geram conflitos de difícil superação. É precisamente esse desafio de superar os problemas gerados pelos “excedentes de sentido” que faz da interação um momento importante para compreender o funcionamento da mediação do discurso.

Considerando que, sem a generalização, não há comunicação entre os interlocutores – e, conseqüentemente, não há interação – o sentido genérico da palavra, embora tenha contornos significativos vagos e difusos, representa a objetivação da genericidade humana de que os indivíduos precisam se apropriar para poderem atuar. Na produção do discurso, essa concepção remete à idéia de que, para poderem interagir, os indivíduos, mesmo motivados diferenciadamente, precisam fazer apropriações do que lhes é comum e que se refere à língua e ao contexto sócio-histórico que determina formas e modos de uso. Uma vez objetivado, o discurso torna-se parte do genérico enquanto objeto passível de apropriações singularizadoras e, por isso, mais ou menos imprevisíveis. É, justamente por ser assim, é ali que as histórias únicas de cada um dos interlocutores podem contribuir para a construção de sentidos novos e necessários ao gênero humano.

Em resumo, quando os indivíduos interagem, realizam atividades singulares que obedecem a dois momentos distintos na fixação dos objetivos: na primeira objetivação, o cuidado refere-se à produção de um discurso de modo a dar-lhe tal forma que possa mediar com êxito uma segunda objetivação cujos objetivos não coincidem necessariamente com os primeiros. É, pelo fato de os indivíduos, orientados por motivações e referências sociais singularizadas, agirem sempre diferenciadamente no acontecimento discursivo – mediação de outros acontecimentos – há atos que são de sujeitos cujas consciências singulares

apresentam maior ou menor grau de alcance na reprodução e na transformação da genericidade.

A interação, portanto, sempre se constitui como um tipo de desafio para os indivíduos: valem-se de uma mediação generalizante para negociarem singularidades, o que, convenhamos, não é tão simples como talvez se possa pensar.

Heller (1977) também aborda essa questão que se refere às dificuldades de interação e se posiciona:

Se diz: um homem não pode conhecer o outro porque não pode perceber a mesma coisa. Não existem dois homens que percebam o mesmo vermelho [...] Por isso, os homens estão recolhidos em sua singularidade, sem conhecer-se reciprocamente, sem poder comunicar-se um com o outro. [...] A questão não é nunca se eu percebo como os outros o mesmo vermelho, mas se eu, no que percebo do vermelho, reajo coerentemente (e do mesmo modo como os outros) ao vermelho. (1977, p. 38)

O que Heller afirma reforça a concepção de que uma comunicabilidade plena, entendida como transparência de sentidos, é ilusória e deve ser descartada mesmo no caso das relações mais íntimas. Não só isso: o que se poderia chamar de transparência plena inviabilizaria o desenvolvimento do gênero humano porque acabaria por engessar os sentidos, como ocorre, por exemplo, com a linguagem dos animais. Em outras palavras, a mediação discursiva de que não pode prescindir o gênero humano não garante a comunicação plena, e, por isso, *convoca* – no sentido mesmo de obrigatoriedade – os indivíduos à interação, ou seja, à atividade mediadora em que se negociam acordos: a superação da dimensão conflitiva das diferenças é a garantia dos processos de reprodução e de transformação necessários à atividade vital.

A noção de negociação das diferenças de sentidos poderia, porém, sugerir um homem sempre disposto a cooperar, o que – sabe-se – não é o caso. E, por isso, a dimensão genérica do discurso sempre representa um momento de tensão e de risco, pois, a incompletude que gera as diferenças também pode ser considerada como origem do conflito social.

Em outros termos, dada a heterogeneidade referencial dos grupos sociais e a impossibilidade de os interlocutores comungarem de sentidos singulares, a

Ah... se todos fossem iguais...

interação, além de processo de socialização e de individuação, também deve ser entendida como um lugar de conflito, onde se disputam, muitas vezes acirrada e violentamente, poderes. Isso significa que as singularizações que ocorrem tanto na apropriação como na objetivação, pelos efeitos que podem produzir sobre o instituído social e os indivíduos, têm implícita a noção de confronto, ou seja, individuação e conflito são, de certo modo, noções indissociáveis e conduzem, sem a negociação, ao rompimento do tecido social.

Contornar esse risco impõe a negociação de sentidos, concebida como um tipo de interação mediadora que encontra motivação na busca tanto da continuidade da genericidade como da individuação de que o processo social não pode prescindir, e que exige atividades de consciências de sujeitos no sentido de, conforme Lukács, “plenamente conscientes”, precisamente porque só essa condição permitirá, por exemplo, decidir com clareza sobre o que deve ser preservado e reproduzido, e o que, através de acordos, pode e deve ser transformado.

A atividade vital, ao acionar o discurso como mediação, desencadeia, pois, forçosamente, uma série de ações diferenciadas de interlocutores, de modo que o processo interativo, durante o qual os indivíduos poderão construir, nos limites do genérico, sentidos diferentes para o enunciado, deve também ser entendido como um momento gerador de novas necessidades, o que se deve, especialmente, ao fato de as escolhas lingüísticas não garantirem – mesmo os enunciantes respeitando as regras que a interação exige para ser bem sucedida – a univocidade.

Aquilo que se entende, enfim, como condições de interação ou produção de sentidos mediadores, diz respeito a diferentes contextos ou esferas da genericidade que, embora se ponham como um horizonte de possibilidades – devido à riqueza das singularidades das consciências que, apesar dos controles e das limitações institucionais, se modificam a cada momento da história –, não anulam, mas se constituem como condição tanto para o ‘ser sujeito’, como para que o discurso possa ser definido como um acontecimento único e irrepetível.

E, com o propósito de exemplificar essa relação paradoxal e complexa dos indivíduos com o discurso, sirvo-me do pensamento de Foucault, especialmente para, como contraponto, tentar mostrar que limitações e controles que poderiam, na concepção de um materialismo estruturalista, estar conduzindo ao assujeitamento também podem ser modificados, superados e transformados.

O raciocínio que percorre a obra de Foucault – e, em consequência, a *Análise do Discurso* da escola francesa – leva-o a assumir que, ao enunciar, o indivíduo tem, diante de si, uma rede incontornável e definidora de controles e submetimentos que o assujeitaria.

Foi, especialmente, em *A Ordem do Discurso* (1971) que Foucault se deteve em descrever algumas dessas determinações sociais a que o indivíduo estaria submetido ao produzir um discurso. Resumidamente, o texto descreve uma série de procedimentos e rituais institucionalizados que limitariam o horizonte de possibilidades do acontecimento discursivo, controlando:

- a) quem pode falar (seleção do enunciante);
- b) o que se pode falar (limitação dos enunciados);
- c) como, quando e onde se pode falar (controle da enunciação).

Têm-se, aí, controles de enunciante, enunciado e enunciação, ou seja, o que Foucault descreve como *condições de produção do discurso* poderia ser também entendido como uma rede de mecanismos institucionais que assumiria tamanha função restritora que a apropriação e a objetivação representariam, apenas, a reprodução ou a repetição, nunca uma transformação possível.

Em oposição a Foucault, as referências teóricas que adotei lembram que, do ponto de vista histórico do gênero humano, não existe um grupo, uma instituição ou uma ideologia que não tenham resultado da atividade humana e que, como objetividades que se fazem discurso, podem ser objeto de apropriação. E, se o produto das atividades dos homens se reveste de uma certa imprevisibilidade quanto a sua trajetória ou seus efeitos é porque isso determina a característica da mediação discursiva, o que, por sua vez, implica em dizer que o indivíduo e o grupo podem realizar, nas interações, transformações dos sentidos genéricos dos controles e dos cerceamentos pelos quais zelam as instituições, já que, a cada apropriação e a cada objetivação, as singularizações são, de certo modo, incontroláveis.

Em resumo, ainda como contraponto às concepções de Foucault, retiro das palavras principalmente de Bakhtin, Lukács e Heller que atuar dentro dos controles e dos rituais é também apropriar-se deles e singularizá-los, ou seja, a consciência singular molda-se e orienta-se pela pressão das determinações sociais,

Ah... se todos fossem iguais...

mas também, num retorno, atua sobre o que a modela. Isto é, não entendo que a instituição tenha como que vida própria para atuar sobre os indivíduos, mas considero-a um espaço em que os acordos são feitos (ou desfeitos) e vigiados. O controle, pois, não é feito *pelas*, mas *nas* instituições. Ainda assim, feitos os acordos através da negociação, o submetimento do indivíduo a eles não é total, já que sempre existe a possibilidade da rebeldia da consciência que, ao analisar a sua relação com o mundo, pode não se conformar e decidir romper.

É o caso, por exemplo, da **proibição**. Ela deve ser considerada, enquanto produto de ações dos homens, um cerceamento, mas, enquanto produto apropriável através da mediação do discurso, também um estímulo e uma motivação à transgressão. Isto é: se um tema é proibido é porque ele circula e pode, por isso, ser objeto de apropriação da consciência e dar lugar à rebeldia. Em outras palavras, a proibição não afasta a possibilidade de o sujeito apropriar-se e alterar o controle; ela apenas dificulta o acontecimento e, por isso, não é difícil encontrar inúmeros casos da história da humanidade em que indivíduos falaram e desafiaram proibições, muitas vezes, até ao limite de colocarem suas vidas em risco.

Dos casos mais recentes, foi, especialmente no Rio Grande do Sul, amplamente noticiada a desobediência de um padre determinado a abordar, em livro e sermões, temas proibidos pela Igreja, tais como o ligado à atividade sexual de Maria.

Lembro ainda, aqui, que, na história recente do Brasil, foi um irmão que, rompendo com o instituído social que se refere à ideologia da família (sempre unida e com comprometimentos recíprocos) tornou público fatos que levaram à deposição do presidente da República. E as histórias das mulheres que correram riscos para opor-se à ideologia machista? E as resistências organizadas por indivíduos-líderes de povos oprimidos?

O exemplo, porém, de rebeldia que emocionou o Brasil vem da notícia que transcrevo:

**Tratorista sonha em construir casa.** O operador de máquinas Amilton dos Santos comoveu o Brasil ao se recusar, na sexta-feira, a cumprir ordem da Justiça e demolir com um trator a casa de Telma Sueli Sena, na Palestina, bairro de Salvador (BA). Mas, aos 53 anos, não conseguiu realizar seu maior sonho: ter sua própria casa.

[...] Há três dias, Amilton se viu diante do que define como “a pior situação de minha vida”. Com o motor do trator ligado, sua consciência não permitiu que demolisse a casa de Telma Sueli Sena, mesmo diante de 20 policiais e do oficial de Justiça. “Pare, pare”, exclamava a multidão que se concentrava na casa.

– Se o senhor não demolir, mando lhe prender – gritou o oficial de Justiça Carlos Cerqueira.

Amilton preferiu não obedecer.  
(ZERO HORA, 5/05/2003, p. 30)

O jornal relata uma superação ou uma transgrediência a ‘é proibido desobedecer a uma determinação da Justiça’. A ordem de derrubar a casa deve ser considerada um efeito ideológico, já que o que construiu a dramaticidade da ação do tratorista diz respeito, evidentemente, à noção de *propriedade* que, no Direito brasileiro, se sobrepõe, em termos de valor, à vida humana.

A rebeldia do tratorista, ao não obedecer a uma ordem, deve, então, ser entendida como uma “desobediência” ideológica. Isto é: a rebeldia não era uma ação prevista, mas ocorre *apesar* da pressão ideológica, e *apesar* de o tratorista, provavelmente, aceitar o “seu” lugar na hierarquização social vigente, do que, forçosamente, brota, a pergunta que precisa ser feita: quais foram as condições e as motivações que levaram o indivíduo à rebeldia e à insubmissão ideológica? Um estado de consciência em que se organizam, diferenciadamente, motivações como razões, desejos, sentimentos, emoções, necessidades?

O indivíduo pode até não ter compreensão da determinação ideológica e dos efeitos que ela produz como a hierarquização social coercitiva que resulta dum conflito de interesses; pode até não avaliar os efeitos que pode produzir uma ruptura com o instituído. Pode, porém, talvez nem por razões lógicas, mas por sentimentos, *escolher* por romper, numa dada situação, diante de um problema concreto, com determinada ideologia como o fez, por exemplo, o tratorista.

O exemplo da desobediência noticiada revela que é impossível haver controles, regras e rituais assujeitadores porque essas determinações, para produzirem efeitos, precisam ser objetivadas em forma de discurso, o que, implica em superações imprevisíveis que, por sua vez, objetivadas (a notícia no jornal, por exemplo) conduzem a novas e possíveis situações, inclusive com a (des ou re) estruturação da ideologia dominante.



Ah... se todos fossem iguais...

O recorte de jornal fala de uma rebeldia e de uma recusa que utilizo para marcar posição com a concepção de que as determinações sociais (mesmo a ideológica), apesar de demarcarem horizontes e possibilidades, não conseguem engessar a atividade de superação do instituído que os indivíduos podem realizar, ou seja, o exemplo revela que a pressão do instituído social não é capaz de anular o caráter individuante e imprevisível das *motivações* que podem, mesmo em consciências pouco desenvolvidas, gerar ações que se contrapõem à força da ideologia.

Em outros termos, a descrição da mediação discursiva na construção das estratégias ideológicas, pelo poder de intervenção que elas representam, poderia dar a impressão de que o indivíduo sempre sucumbe como consciência e como sujeito diante dessa determinação social. A atitude do tratorista serve, porém, para mostrar que isso não ocorre de forma irreversível, de modo que se deveria considerar que é esse permanente confronto dialético entre os processos de generalização e de singularização, de homogeneização e de heterogeneização, que conduz a que as interações sociais não apenas reproduzam o que é da genericidade humana, mas também transformem.

Assumo, pois, que “O homem é mais do que o conjunto de seus papéis, antes de mais nada porque esses são simplesmente as formas de suas relações sociais, estereotipadas em clichês [...]” (HELLER, 1972, p. 106), isto é, são inúmeros os exemplos que a história nos oferece onde “Mesmo nos contextos mais manipulados, produz-se constantemente a ‘recusa do papel’. Em todos esses contextos, há excêntricos, rebeldes e revolucionários. Até mesmo os contextos mais manipulados estão repletos de homens que vivem em ‘incógnito de oposição’” (Op. Cit. p. 106).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-me, pois, neste momento, ser conveniente, não apenas para manter a coerência teórica, mas, em especial, pelos nefastos efeitos que pode produzir em todas as práticas sociais – privilegiadamente na educação – enterrar a idéia do assujeitamento, admitindo que “A personalidade não é nem uma constelação de traços psíquicos cristalizados – na qual se resume a um ‘temperamento’ –, nem um conjunto de papéis sociais prescritos – em que se reduz a um ‘currículo’” (SÈVE, 1989, p. 157).



O significado, pois, da expressão ‘ser sujeito’ inclui assumir que a heterogeneidade social e discursiva deve ser concebida, concomitantemente, como produto da atividade de consciências singulares e individuadas, e como condição de constituição dos homens em individualidades: as objetivações humanas como objetos passíveis de apropriações, a cada momento, organizam e enriquecem as consciências, o que inclui, obviamente, a atividade discursiva, do modo como o entende, por exemplo, Possenti (2002):

Assim, imaginaria ter argumentos convincentes para propor que sujeitos operam e que textos apresentam novidades, sem que isso signifique postular sujeitos que sabem tudo, que estão acima dos gêneros e da história, e textos que nada tenham a ver com outros textos. Enfim, sugiro que se pode pensar em *sujeitos trabalhando*, e cujo trabalho deixa marcas nos textos (assim como outros trabalhadores deixam suas marcas nos objetos que produzem, especialmente se buscam algum efeito estético). (p. 128)

É o trabalho, entendido como atividade vital, que me permite, agora, retornar, um tanto provocativo, é verdade, ao início do texto, para lembrar que comparações com ondas (ou espelhos, etc.) podem até destacar uma pálida semelhança da repetição e da novidade, mas a precariedade se constrói porque, se nos atos dos indivíduos há motivações e objetivos, no movimento da onda isso, evidentemente, está ausente.

É, por isso, que se deveria, talvez, propor como final da reflexão (e para sossego ou não de Palomar), um novo início: *Ah... se todos fossem na onda de que os homens são iguais a uma onda do mar?*

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986 [© 1929].

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [© 1977].

CALVINO, I. Palomar na praia – leitura de uma onda. In: \_\_\_\_\_. **Palomar**. Lisboa: Teorema, 1983.

Ah... se todos fossem iguais...

DORAY, B. Da Produção à Subjetividade – referências para uma dialética das formas. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Orgs.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.

DUARTE, N. **A individualidade para si**. Campinas: Autores Associados, 1993.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Ijuí: Fidene, 1973.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOLDMANN, L. **Dialética e cultura moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

\_\_\_\_\_. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

LESSA, S. Ontologia e Objetivação em Lukács. **Práxis**, Belo Horizonte, n. 1, 1994.

LUKÁCS, G. **Estética**. Barcelona: Grijalbo, 1982.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar, 2002.

Recebido em 25/09/03. Aprovado em 10/11/03.

---

**Title:** Ah... if we were all equal (or not) to a wave in the ocean...

**Author:** Ingo Voese

**Abstract:** The present text develops a reflection about the notion of subjectivity, especially supported in Bakhtin, Lukács and Heller, in contrast with the theoretical line of structural materialism in Discourse Analysis of the French school.

**Keywords:** discourse; subjectivity; ideology.

---

**Titre:** Ah!... si tout le monde ressemblait (ou non) à une vague de la mer...

**Auteur:** Ingo Voese

**Résumé:** Ce texte développe une réflexion sur la notion de subjectivité, appuyée surtout chez Bakhtin, Lukács et Heller, contrairement à la ligne théorique du matérialisme structuraliste de l'Analyse du Discours de l'école française.

**Mots-clés:** discours; subjectivité; idéologie.

**Título:** Ah... se todos fuesen iguales (o no) a una ola del mar...

**Autor:** Ingo Voese

**Resumen:** El presente texto desarrolla una reflexión sobre la noción de subjetividad, apoyada especialmente en Bakhtin, Lukács y Heller, diferentemente de la línea teórica del materialismo estructuralista del Análisis del discurso de la escuela francesa.

**Palabras-clave:** discurso; subjetividad; ideología.